

MEIO AMBIENTE

Países discutem solução para combustível fóssil e desmatamento ilegal

Daniella Almeida
Agência Brasil

As presidências da 30ª e da 31ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP) apresentaram, na Dinamarca, na última semana, a proposta preliminar para o Acelerador Global de Implementação Climática.

A iniciativa lançada em novembro de 2025, em Belém, durante a COP30 sob a presidência do Brasil, prioriza ações com maior potencial, com capacidade de ganhar escala global e com mais velocidade de entrega de soluções de combate às mudanças do clima.

Na prática, a intenção é transformar o debate de textos jurídicos em execução de soluções rápidas e reais na próxima conferência do clima, a ser promovida em conjunto com Turquia e Austrália (copresidentes da COP31), em Antália (Turquia), em novembro deste ano.

A apresentação a representantes de cerca de 40

países deste diferencial estratégico, com maior pragmatismo econômico, ocorreu durante a reunião Ministerial do Clima de Copenhague, tradicionalmente realizada na capital dinamarquesa.

O encontro de alto nível é o último antes das sessões de meio de ano da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Bonn, na Alemanha, preparatórias para as COPs.

Integrante da delegação brasileira, a CEO da COP30, Ana Toni, explicou, que o Acelerador é um mecanismo cooperativo e voluntário com o maior potencial de desencadear e produzir efeitos em cadeia.

"A proposta é acelerar soluções, como tecnologias, procedimentos e metodologias, incluídas em Planos de Aceleração de Soluções nas diferentes iniciativas e objetivos da Agenda de Ação", disse Ana Toni.

Mapas do Caminho

Os chefes de delegação também debateram temas como os Mapas do Caminho (Roadmaps) da Presidência da CPO30 sobre combustíveis fósseis e desmatamento até 2030, como acordado na COP28, em Dubai, em 2023.

Ao todo, a Presidência da COP30 recebeu 444 contribuições para os mapas do caminho internacionais sobre combustíveis fósseis e desmatamento, após consulta realizada entre fevereiro e abril.

O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, garante que são conhecidas as soluções científicas e de invenção de novas tecnologias necessárias para limitar o aquecimento global à meta mais segura do Acordo de Paris (1,5°C acima dos níveis pré-industriais), mas que o desafio da crise climática envolve financiamento e transferência de tecnologia que permitam aos países implementar essas mudanças a tempo.

"A Presidência da COP30 está se esforçan-

do para trazer as melhores informações para que os debates sobre desmatamento e combustíveis fósseis tenham o melhor embasamento possível. Assim, os caminhos que forem traçados serão viáveis e permitirão acelerar o combate à mudança do clima", disse o diplomata André Corrêa do Lago.

Durante os dois dias de sessões, também foram abordados temas como a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), o futuro do regime climático e adaptação aos impactos da mudança do clima.

Autocrítica

Sobre o chamado "regime climático", que é o conjunto de regras, tratados e conferências internacionais que gerenciam a crise climática global, a diretora de Clima da Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, a embaixadora Liliam Cha-

gas, entende que há um movimento de amadurecimento dos países para que as negociações durante as COPs sejam mais focadas.

A autocrítica dessas nações tem feito, de forma mais organizada, que estes países se concentrem em avançar, efetivamente em temas relativos à redução das emissões de gases de efeito estufa.

"O regime está passando por uma fase de transição, da negociação, dos compromissos, para uma fase de implementação daquilo que já foi acordado", destaca a embaixadora brasileira.

A diretora ressalta que dez anos após o Acordo de Paris, adotado em 2015, durante a COP21, os países ainda mantêm e reforçam os compromissos de desenvolver políticas de combate à mudança do clima, planos nacionais de adaptação e de trabalhar para ter recursos financeiros globais que custeiem a transição para uma economia de baixo carbono.

SAÚDE

Profissionais de saúde vencem desafios para vacinação em área indígena

Tâmara Freire
Agência Brasil

Na área atendida pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Purus, unidade descentralizada do Sistema Único de Saúde (SUS), vivem 11 mil pessoas das etnias Apurinã, Jamamadi, Jaminawa, Kaxarari, Kaxinawá, Huni Kuin, Madiha, Kulina e Manchineri.

São 155 aldeias, com populações que variam de 30 a 300 pessoas, onde idiomas de três troncos linguísticos diferentes dividem espaço com o português, ou dão conta da comunicação por completo.

A depender da aldeia, se está no Acre, Amazonas ou Rondônia, é possível chegar de caminhonete ou barco quando o clima está bom, ou apenas de quadriciclo, botes ou helicópteros quando as condições são desfavoráveis.

Há também as peculiaridades culturais. O atendimento é descentralizado,

respeitando crenças e práticas tradicionais de cada etnia.

Evangelista Apurinã, coordenador do DSEI, explica que não dá, por exemplo, para impor um ritmo aos Madijá e Kulina, com os quais é preciso negociar. "É outra coisa: você os segura em um lugar por, no máximo, umas 3, 4 horas. Depois disso, não segura mais", afirma.

Os Jamamadi se organizam politicamente ao redor de 11 clans principais, mas um impera sobre os outros dez. "Então, se você acertar algo com um cacique que não é do clã principal, você pode sair do território achando que está tudo combinado e, quando voltar lá, vai ver que voltou à estaca zero", alerta Apurinã.

"Se a gente não souber desses detalhes, e de fato entender como é a estrutura de cada povo, a gente vai estar colocando a carroça na frente dos bois, e não vai conseguir fazer o serviço", conclui o coordenador

sobre os desafios de levar uma das principais estratégias de saúde pública - a vacinação - aos territórios indígenas.

Ainda assim, a turma do Zé Gotinha consegue chegar. Como é inviável manter unidades de saúde em todas as aldeias, cada região tem um polo base, de onde os profissionais saem para atender as comunidades, passando até 40 dias trabalhando de forma itinerante.

A localização das aldeias não impõe um desafio só de percurso, mas também de armazenagem: os frascos de vacina precisam ficar constantemente refrigerados, em uma temperatura entre 2º e 8º celsius para manter sua eficácia. Freezers instalados nos barcos, caixas térmicas e bobinas de gelo é que garantem esse padrão.

Quem planeja as atividades no DSEI Alto Rio Purus é a enfermeira Kislane de Araújo Dias, responsável técnica pela área de imunizações e Doenças Imu-

nopreveníveis do Dsei. Ela explica que todo trabalho é baseado no censo vacinal, uma grande planilha com os dados de todas as famílias, onde as equipes monitoram quem vai precisar tomar qual vacina a cada incursão.

"É assim que a gente sabe também quantas doses de cada vacina vamos usar em cada aldeia, para transferir só esse quantitativo exato do estoque para a caixa de movimento diário. Geralmente, a equipe escolhe um local central na aldeia, onde as pessoas são atendidas, mas a gente também vai de casa em casa se precisar, e faz busca ativa dos faltosos."

Todas as questões logísticas e culturais deman-

dam um planejamento minucioso, de acordo com a enfermeira Evelin Plácido, que atuou em territórios indígenas por muitos anos e hoje oferece capacitações em imunização para outros profissionais de saúde, a frente da CapacitaImune.

"Ao contrário do contexto urbano em que as pessoas vão até a imunização, nas áreas indígenas é a vacina que precisa ir até as pessoas. Então, a gente tem que conhecer bem os equipamentos, quantas horas vão durar cada percurso e as rotas precisam ser muito bem estabelecidas antes de ir para o território, para que a gente não exponha a vacina a uma temperatura inadequada, por exemplo."

DHL SUPPLY CHAIN (BRAZIL) LTDA, CNPJ Nº 02.836.056/0174-24, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente (SEMOHPUMA), a Licença Ambiental de Funcionamento (LF), para as atividades de (i) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (ii) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; (iii) Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; e (iv) Organização logística do transporte de carga, na Rua Santana das Antas, nº 630, Quadra 74 Lote 01 Parte B, Bairro Polocentro I e II Etapa, Anápolis/GO.

DHL DIGITAL pdf

Código do documento 85577d88-154a-4b35-9e93-0a10b748d2a3



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

25 May 2026, 17:50:49

Documento 85577d88-154a-4b35-9e93-0a10b748d2a3 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-25T17:50:49-03:00

25 May 2026, 17:51:03

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-25T17:51:03-03:00

25 May 2026, 17:51:28

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.223.32.202 (177-223-32-202.linqtelecom.com.br porta: 2006) - [Geolocalização: -16.649812441383354 -49.229395648203045](#) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2026-05-25T17:51:28-03:00

Hash do documento original

(SHA256):0528eda3a9b31a5b0901349ec3b463cec8072208cb52dcfceb9d5ab334d26a0f

(SHA512):225b1b33ee513229a3b2ee1dda06328866eb70e5e6a18d26d1af66ee0b5c0ab6bc6a23f6d9e7b4aff9be1138431f3fcea0e240e04da2b0e0debdb393a99808a9

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.